

Terceirize a tarefa, não o raciocínio: o erro que está deixando advogados mais lentos (e piores) com IA

Sérgio Longo 25 de junho de 2026 ⌚ 4 min de leitura

Tem um tipo de advogado que adotou a IA com entusiasmo, usa todo dia, economiza horas reais, e mesmo assim está ficando pior no que faz. Parece contradição, mas não é. O problema não é a ferramenta nem a frequência de uso. É a fronteira, quase sempre invisível, entre o que dá para delegar e o que nunca deveria sair das suas mãos.

A promessa da IA jurídica foi vendida como "faça mais em menos tempo". E ela cumpre. Só que, no caminho, muita gente começou a delegar a coisa errada. Em vez de entregar a tarefa, passou a entregar o raciocínio. Em vez de pedir ajuda para executar uma decisão que já tomou, passou a pedir a própria decisão. A diferença parece sutil. Na prática, é a diferença entre usar a IA para ser um advogado melhor e usá-la para deixar de pensar como advogado.

A tarefa é braço, o raciocínio é cabeça

Vale separar com clareza as duas coisas, porque é nessa separação que mora o método.

Tarefa é trabalho mecânico, repetitivo, verificável. Resumir um acórdão de duzentas páginas, montar uma tabela comparando cláusulas de três contratos, transformar tópicos em texto corrido, padronizar a formatação de uma peça, levantar todos os prazos de um processo. Tudo isso é braço. É exatamente o que você deveria estar delegando, porque consome horas e não exige o seu julgamento profissional, só a sua revisão.

Raciocínio é a parte que carimba o seu nome no documento. Qual tese sustentar. Qual risco vale correr e qual não vale. Como ponderar dois precedentes que apontam para lados opostos. O que a redação fria do contrato não diz, mas o cliente precisa ouvir. Onde está o ponto frágil que o juiz vai atacar. Isso é cabeça. E quando você terceiriza a cabeça, três coisas acontecem, todas ruins.

O que se perde quando a cabeça vai junto

A primeira perda é a qualidade. A IA produz um texto que parece jurídico, fluente, bem articulado, e às vezes está sutilmente errado. Não no sentido grosseiro da jurisprudência inventada, que já virou assunto batido, mas no sentido fino: a tese mais óbvia em vez da mais

forte, o argumento genérico em vez do que conversa com aquele juiz, aquela vara, aquele caso concreto. Quem terceirizou o raciocínio não tem mais o repertório afiado para perceber a diferença. Aceita o "bom o suficiente" porque perdeu a referência do "certo".

A segunda perda é a sua própria competência. Raciocínio jurídico é músculo. Atrofia sem uso. O advogado que passa meses pedindo à IA a estratégia, e não a execução, vai descobrir, no dia em que precisar pensar sozinho numa audiência ou numa reunião sem tela aberta, que o reflexo enferrujou. Você não percebe enquanto está acontecendo. Percebe no momento mais caro possível.

A terceira perda é a defesa do próprio trabalho. O cliente não está pagando pelo texto. Está pagando pelo julgamento por trás do texto. No dia em que ele perguntar "por que essa tese e não a outra?", a resposta "foi o que a IA sugeriu" não existe. Se você não consegue defender cada escolha da peça como sua, você não tem uma peça, tem um rascunho de origem desconhecida assinado por você.

A inversão que separa quem usa bem de quem usa mal

Repare no fio que costura tudo isso. O uso maduro da IA inverte a ordem que a maioria adota. O imaturo pensa: "deixa a IA decidir e eu reviso". O maduro faz o contrário: "eu decido e a IA executa". Você define a tese, o ângulo, os pontos que precisam aparecer e os que precisam sumir, e só então entrega o trabalho braçal de transformar isso em texto, tabela, resumo ou estrutura. O julgamento vem de você, na frente. A máquina entra depois, para escalar a sua decisão, não para substituí-la.

É por isso que insisto que a vantagem competitiva de 2026 não está em quem usa mais IA, e sim em quem sabe onde traçar essa linha. Não é uma questão técnica de prompt nem de qual ferramenta assinar. É uma questão de método: saber, em cada tarefa, o que é braço e o que é cabeça, delegar o braço sem pudor e proteger a cabeça sem exceção. Quem domina essa fronteira fica mais rápido e mais afiado ao mesmo tempo. Quem não domina fica só mais rápido, até o dia em que a conta chega.

A boa notícia é que isso se aprende e se sistematiza. Dá para montar um fluxo no escritório em que a IA assume tudo que é mecânico, com regras claras de sigilo e verificação, enquanto o advogado fica com o que sempre foi insubstituível: pensar. Não é sobre usar menos IA. É sobre usar IA do jeito que torna você mais advogado, não menos.